



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Questão Urbana.

UMA ANÁLISE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE HABITAÇÃO

Katiane dos Santos Brabo Teixeira¹

Vivianne Thainá de Araújo Teixeira²

Ana Gabriela Pinheiro Silva³

Moselle Feitosa da Silva⁴

Cintia Suzane de Sousa Cardoso⁵

Resumo: O presente artigo analisa como vêm sendo implementadas as políticas públicas de habitação desde o século XIX e as contradições existentes na arena política, bem como evidencia a atuação do assistente social frente a essas políticas na perspectiva de viabilização de direitos.

Palavras Chaves: Habitação. Política pública. Assistente Social.

Abstract: This article analyzes how public housing policies have been implemented since the nineteenth century and the contradictions existing in the political arena, as well as evidence of the social worker 's role in these policies in view of the feasibility of rights.

Key words: Housing. Public policy. Social Worker.

INTRODUÇÃO

A partir da evolução do modo de produção capitalista, é possível visualizar em seu bojo um quadro urbano caracterizado pela segregação sócio espacial⁶; esta traz consigo uma lista desmedida de problemas sociais e econômicos, obtendo como consequência a exclusão e a desigualdade social que facilita a discriminação, gerando, dessa forma, menores oportunidades de emprego, dentre outros problemas. Dessa forma, é evidenciado que existem áreas "nobres" reservadas às classes que são economicamente providas, equipadas e urbanizadas, salientando que esse processo de elevação dos custos impede o acesso de cidadãos desprovidos economicamente.

Nesse contexto, essas classes mais pobres começam a residir em áreas localizadas ao redor do centro, porém que se encontram danificadas ou não foram adequadas a essa

¹ Estudante de Pós-Graduação, Faculdade Futura, E-mail: katia.gtx@gmail.com.

² Profissional de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, E-mail: katia.gtx@gmail.com.

³ Profissional de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, E-mail: katia.gtx@gmail.com.

⁴ Profissional de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, E-mail: katia.gtx@gmail.com.

⁵ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Pará, E-mail: katia.gtx@gmail.com.

⁶ Entende-se por segregação (separação) sócio espacial a presença espacial da população em função do poder financeiro de seus habitantes. Os segmentos de maior poder financeiro se encontram nas áreas mais valorizadas da cidade; por sua vez, a população de baixa renda é 'empurrada' para as áreas periféricas ou os chamados 'enclaves de exclusão', as favelas por exemplo.

urbanização. Caracterizando-as por possuírem precárias condições habitacionais e muita carência na prestação de serviços urbanos, resultando na situação de condições subumanas.

O espaço urbano é construído socialmente, a partir da produção de bens materiais necessários à sobrevivência; é um modo de vida, inerente à divisão do trabalho. Sendo assim, Portela (2011, p.27) ressalta que:

O espaço urbano pode ser entendido aqui como um processo construído historicamente por agentes que produzem e consomem esse espaço, como um produto social, fragmentado e articulado, permeado de símbolos e, também, como um campo de lutas, tendo a cidade como sua forma, que expressa não só a localização e arranjo de lugares, expressa um modo de vida. Esse modo de vida não está ligado somente ao modo de produção econômica, embora sofra seus afeitos, mas está ligado a todas as esferas da vida social, cultural, simbólica, psicológica, ambiental, religiosa e educacional.

Assim sendo, o espaço urbano compõe tanto o lugar em que se reproduz o capital, quanto o lugar de reprodução das classes sociais. O que faz propor ao Estado o desafio da questão urbana, e no seu interior a questão da moradia. A produção do espaço urbano sofre mudanças no decorrer dos anos, com a finalidade de desenvolvimento das cidades.

A partir do final do século XIX no Brasil, com o fim da escravidão, milhares de negros migraram para as cidades, assim como os europeus que vieram trabalhar no campo e nas indústrias brasileiras. Esse êxodo rural acarretou em uma intensa e acelerada urbanização de maneira desorganizada.

Problemas industriais que surgiram a partir da chegada da Revolução Industrial⁷ fizeram aflorar a necessidade de uma intervenção do Estado mais efetiva nas cidades, pois o processo de industrialização provocou aglomeração de pessoas, falta de infraestrutura, entre outros. Essas abomináveis condições de higiene fizeram o aparelho estatal pensar e executar ações para a busca de respostas concretas, e, mais adiante, ocasionou discussões de planejamento urbano⁸.

Como consequência dessa problemática, verificou-se também o agravamento da questão da moradia para a população, pois as demandas dos representantes dos interesses capitalistas são tratadas como prioridade pelo poder público; esses se resolvem pelo movimento econômico e político. À vista disso é que uma das maneiras de o Estado intervir sobre o espaço é instituindo políticas públicas⁹, principalmente as territoriais. Mas é importante salientar que essas políticas se vinculam ao papel do Estado enquanto planejador.

⁷ Revolução Industrial foi um conjunto de mudanças que aconteceram na Europa nos séculos XVIII e XIX. A principal particularidade foi a substituição do trabalho artesanal pelo assalariado e com uso de máquinas.

⁸ Planejamento urbano é o processo de criação e desenvolvimento de programas que buscam melhorar ou revitalizar certos aspectos dentro de uma dada área urbana, tendo como objetivo propiciar aos habitantes melhor qualidade de vida possível.

⁹ Políticas públicas é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, influenciando na vida do cidadão.

O espaço modificado é visto como um produto resultante de uma ordem estabelecida. No Brasil, o Estado investiu de maneira desnivelada ao que se fazia necessário à reprodução do capital e assim a política urbana é posta em segundo plano, já que ele se afasta da função de provedor de serviços básicos coletivos, provocando uma precariedade nas condições de trabalho e de vida urbana.

O referido trabalho retrata a experiência obtida através da inserção na Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), por cumprimento do estágio curricular obrigatório, com o intuito de possuir uma maior apreensão da práxis profissional desenvolvida pelo assistente social na execução e gerenciamento da política habitacional em Belém/PA, delineando seus desafios, limites e possibilidades cotidianas. Isto surge devido à relevância de apreender a práxis profissional diante das modificações no mundo do trabalho, impostas ao profissional de serviço social.

A questão habitacional no planejamento e gestão de cidades

A internacionalização do capital provocou a configuração do espaço urbano por meio da mobilidade social, visando agora à instalação das indústrias em pontos estratégicos. As novas configurações desenvolvidas no espaço urbano e na moradia estavam relacionadas ao desejo de acumulação e contribuiu para o processo de descentralização das áreas. Com a globalização, foi possível expandir o comércio internacional, o que aumentou o fluxo de pessoas e de capitais.

A primeira medida do governo foi oferecer créditos às empresas privadas para construção de habitações; no entanto, os empresários não obtinham lucros com as habitações individuais se comparado às habitações informais; sendo assim, eles optaram por construir lotes para a classe média, outros construíram prédios de habitação coletivos.

Na década de 1930, o processo de urbanização brasileira cresceu devido ao desenvolvimento industrial e o planejamento, adaptando-se às novas necessidades do espaço urbano. Visando a assegurar o processo de acumulação e produção do capital, o Estado com seu modelo básico de intervenção se preocupou em regular e promover a economia. Logo, o Estado ativo e interventor tinha como marca principal o pleno emprego, o controle econômico e o Estado de Bem-Estar Social. A partir disso é que no governo de Vargas o investimento na modernização da economia brasileira objetivava planejar e concretizar políticas públicas de planejamento da produção e distribuição.

A partir do final de 1930, com a Revolução de 30¹⁰, o governo começou a se preocupar com a questão da habitação, ficando evidente que o setor privado não daria conta de tais questões, impondo essa tarefa ao Estado, que passou a sofrer pressões dos trabalhadores e empresariados, que pediam melhores salários por conta do aumento dos aluguéis. E como resposta o governo financiou o Instituto de Aposentadoria e Pensões, que era destinada aos alugueis. No entanto, não resolveu o problema, pois só atendia aos associados do Instituto.

Com o Estado Novo, a partir de 1937, o Estado passou a tratar as favelas como caso de polícia, adotando uma política de erradicação das favelas. Mas sua principal política social do período populista foi a criação da fundação da Casa Popular (FCP) em 1946, primeiro órgão nacional de habitação para a população pobre criada a partir de fortes pressões dos trabalhadores e uma tentativa de conter o Partido comunista. No entanto, em 1952, o governo reduziu direitos da FCP, por falta de recursos e força política.

Até a década de 1940, as intervenções estatais em relação à questão urbana eram mais precisamente a nível sanitarista para controle de doenças, e todas essas medidas só possibilitaram a contribuição à segregação sócio espacial da cidade.

Na década de 1950 a 1960, com o Estado desenvolvimentista, houve uma aceleração no processo de urbanização. Aumentou-se a exploração da força de trabalho e foi intensificada a especulação imobiliária para acumulação do capital, agravando, dessa forma, o problema urbano para a classe trabalhadora, pois o acesso ao solo urbano infraestruturado é condição primordial para uma moradia digna.

No governo de Juscelino Kubistchek, todos os esforços e recursos foram colocados a serviço do processo de industrialização e este, por sua vez, alterou significativamente o espaço urbano. E, nos anos de 1960, a questão urbana passou a ser vinculada ao “desenvolvimento” e não ao social. O Estado viu-se pressionado a atender as demandas que surgiram através do processo produtivo, porém continuou dando condições à acumulação do capital, concentrando suas ações na regulação, por meio de política social de benefícios urbanos.

Com o golpe militar de 1964, a FCP foi extinta, sendo criado o Plano Nacional de Habitação. Esse plano objetivava dinamizar a economia, o desenvolvimento do país e controlar as massas. Assim o Banco Nacional de Habitação (BNH) tornou-se o principal órgão de política habitacional e urbana.

¹⁰ A revolução de 1930 foi um movimento revolucionário no Brasil, que tirou do poder o presidente da República Washington Luís Prestes, e entregando o poder a Getúlio Vargas.

Entre 1964 e 1965, são criadas em várias cidades a COHAB¹¹, que, junto com o BNH, financiaram moradias para a classe pobre, e a partir de 1970 a COHAB perdeu seu dinamismo e conseguiu se reestruturar em 1975, aumentando assim o número de moradias construídas, mas como sempre a maioria favorecida era a classe média, e como consequência disso a ida da classe baixa para as favelas e lotes clandestinos, o que gerou um aumento da clandestinidade nas periferias.

O governo Federal criou, em 1975, o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB), numa tentativa de conter os avanços da favela; esse programa tinha o intuito de fornecer infraestrutura básica. Em 1986, o BNH, foi extinto, sendo assim a Caixa Econômica Federal assume as responsabilidades que lhe eram inferidas.

Devido a quedas drásticas nos recursos destinados à COHAB, os financiamentos eram concedidos quase que exclusivamente à classe média, assim o governo lançou, em 1987, o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais da Secretaria Especial de Ação Comunitária, o qual financiava habitações para as famílias com renda inferior a três salários mínimos. Mas, apesar de sua importância, o programa não alcançou suas metas, por causa da alta inflação e por falta de administração política.

O que podemos perceber é que no processo urbano há diversos agentes que interferem de alguma forma, às vezes gerando conflitos entre eles. E são esses agentes sociais que constituem o campo social. Para Corrêa (1995), esses agentes são: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Assim, no espaço urbano estabelece-se um conflito entre os diferentes agentes sociais, onde cada agente quer melhorias para si, melhorias essas que são decorrentes dos problemas que são observados pelos indivíduos no decorrer de sua vivência cotidiana. O solo no uso do espaço urbano é disputado pelos diferentes agentes; para tal disputa, é levado em consideração a localização, as características físicas do terreno, a legislação existente e seus limites; dependendo desses critérios, o seu valor é determinado.

O Estado contribui estimulando o mercado imobiliário, na medida em que valoriza os espaços urbanos, levando infraestrutura para esses espaços como: a adução de água, a eletricidade, os esgotos e o asfalto. Assim como permitindo a expulsão da classe pobre para lugares mais distantes. O Estado atende às demandas sociais apenas de forma paliativa, pois de certa forma ele alimenta o capital e suas desigualdades. Portanto, somente as pessoas com maior poder aquisitivo poderão ter acesso à habitação digna, assumindo uma

¹¹ COHAB: companhias de habitação por empresas públicas ou de capital misto, atua na execução de políticas para diminuir o déficit habitacional.

qualidade de troca, onde o espaço é dominado pela classe dominante que o utiliza de acordo com os seus interesses.

A crise habitacional é vinculada à lógica do capital imobiliário, que contribui para o aumento do preço a partir do aumento da procura. Para Rodrigues (2001), a crise habitacional dá-se por três fatores: pelo processo de empobrecimento da classe trabalhadora, pela vinculação da política às exigências dos mecanismos financeiros internacionais e pela elevação dos lucros e dos juros na produção das cidades. Dessa maneira, a crise habitacional é marcada pelas contradições de classes, portanto o Estado então é obrigado a atuar, intermediando os conflitos através de medidas de intervenção pública, enquanto agente modelador do espaço urbano capitalista.

Nesse contexto, em busca de melhores condições de sobrevivência e cidadania, foi fomentada a organização popular expressa nos movimentos sociais¹². Com o golpe militar de 1964, o Estado afastou-se das camadas populares, porém, mesmo com a repressão, houve uma parcela da população que questionou, através de organizações populares, as condições para a moradia digna.

A partir do final dos anos 1970, há uma redefinição entre as relações do Estado com a Sociedade Civil, no Brasil, desembocando em um setor societário mais autônomo, visto que criavam novos espaços, visando a uma maior participação e vinculações mais fortes com o poder público. Tanto movimentos populares, como as instituições da sociedade civil, foram se formando os espaços, desenvolvendo alianças de resistência e lutas por direitos sociais e civis. Como bem é descrito por JACOBI, 1990:

Os movimentos sociais não só tiveram papel relevante no estabelecimento de estruturas democráticas fundamentais propícias à participação popular, mas também exerceram um impacto substancial sobre as formações normativas do eleitorado, e, portanto, sobre a arena política formal. Ao gerarem novos elementos de conhecimento e de cultura, muitos movimentos imprimiram sua marca e orientaram sua ação pela defesa de práticas pautadas pela sua autonomia, pela necessidade de tornar visível a sua capacidade de auto-organizar-se e de desenvolver a democracia direta, transformando as carências do seu entorno de moradia em práticas reivindicatórias (JACOBI, 1990, p. 125).

Em 1980, o tema sobre participação popular se expandia cada vez mais, e lutava-se para ser incluído nas agendas das elites, desaguando em dois fenômenos: a crise de governabilidade do estado e a legitimidade dos movimentos sociais. Ou seja, os movimentos sociais lutavam por maior transparência estatal, prestação de contas e por conquistas de novos espaços, e assim o Estado ia se desgastando e conseqüentemente se deslegitimando pelo autoritarismo.

Em relação às políticas públicas, foi institucionalizada na Constituição Federal de 1988 a participação da sociedade civil em sua gestão, através de Conselhos, áreas de educação,

¹² O conceito de movimento social se refere à ação coletiva de um grupo organizado que tem como objetivo alcançar mudanças sociais por meio do embate político, dentro de uma determinada sociedade e de um contexto específico.

saúde, assistência social, etc. Isto foi de grande valia para os Movimentos Sociais, visto que se formulavam, neste momento, novas leis para o país. Merece destaque o que no Estatuto das cidades, conforme Oliveira (2001, p.2) “a garantia do direito a cidades sustentáveis” e o “direito à terra urbana, a moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”.

Nos anos 1990, o cenário muda: ocorre a globalização, a internacionalização da economia, a revolução tecnológica, políticas sociais internacionais. Esses acontecimentos externos e internos levam a um novo posicionamento político frente às esferas sociais, principalmente no que se refere à questão de cidades, tanto no âmbito econômico quanto no âmbito político. Há, portanto, a assimilação da provisão de habitação e melhores infraestruturas. Nesse período, a questão urbana obteve um tratamento diferenciado. O crescimento sem freios do espaço urbano, a exclusão social e o descaso do poder público, sobretudo na década de 1980/90, fizeram com que a questão urbana ressurgisse relacionada aos movimentos sociais reivindicando infraestrutura, pois encontrava-se agravando drasticamente, e com ela a questão habitacional.

Uma análise sobre as políticas públicas de habitação implantadas e implementadas pelo Estado

O Governo Federal criou várias instituições para o planejamento tornar-se sistêmico; podemos citar o Banco Nacional de Habitação (BNH), as Sociedades de Crédito Imobiliário, o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Destacamos o BNH, que atuava no desenvolvimento urbano, financiando, além de habitação e saneamento, planos de renovação urbana, transportes e equipamento comunitários e o SFH que beneficiou muito mais as classes com renda mais elevada (acima de 8 salários mínimos), do que aquelas de baixa renda (abaixo de 3 salários mínimos).

Apesar do direito ao acesso à habitação e à moradia digna ser um direito humano universal (e certamente fundamental para qualquer pessoa), ser papel do governo a obrigação de proteger e garantir esse direito, porém encontramos falhas ou problemas nesse sentido, como o fato de 7 milhões de famílias não terem casa própria ou minimamente não terem onde morar de maneira salubre e digna, segundo o Informativo nacional (Ano-16, número 12,2015) do MLB¹³.

¹³ O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) é um movimento social nacional que luta pela reforma urbana e pelo direito humano de morar dignamente. É um movimento formado por milhares de famílias sem-teto de todo o país, vítimas da ação predatória da especulação fundiária e imobiliária.

Mesmo que, se por um lado, a lei brasileira assegura o direito de atendimento aos cidadãos, vemos por outro lado que a população tem seus direitos violados todos os dias, e a validade dos seus direitos sendo impedidas. Em que se pese toda uma luta social a respeito da garantia desse direito, vemos um certo avanço ao vermos a criação dos Conselhos que atuam em âmbito nacional, estadual e municipal, que visam à participação e o controle social. Depois de 13 anos de tramitação no Congresso Nacional, foi sancionada a Lei nº 11.124 que instituiu, no ano de 2005, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e o Conselho Gestor do FNHIS.

O Conselho Gestor do Fundo nacional de habitação de interesse social (CGFNHIS), instituído pelos artigos 9º e 10º da Lei nº 11.124 e sendo regulamentado pelos artigos 5º e 6º do Decreto nº 5.795 do ano de 2006, com o objetivo de controle social, e certa transparência econômica na aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

O Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, segundo a lei, tem como objetivo unir recursos de diferentes fontes que sejam destinados exclusivamente a subsidiar a população de baixa renda, na qual se concentra a maior parte do déficit habitacional brasileiro. Conta com recursos oriundos das fontes previstas no artigo 7º da referida lei.

A definição constitucional da habitação como política pública geradora de direitos possibilitou que sua construção fosse acompanhada por mecanismos institucionais de democratização e do controle social, como são os conselhos e as Conferências, instrumento que se inserem no campo de definição da responsabilidade pública. (RAICHELIS, 2007, p.39).

Diante destas dificuldades e de nos depararmos com a terra como mercadoria, com preços e com venda no mercado, levamos em conta que o salário recebido pelo trabalhador deveria ser no mínimo suficiente para a satisfação das suas necessidades, porém não é o que ocorre na realidade. Assim o governo brasileiro implementou algumas medidas habitacionais, a exemplo disso temos o programa “Minha casa Minha vida”, que em 7 de julho de 2009 foi implementada como programa de governo, pela Lei Federal nº 11.977, e é uma iniciativa do Governo Federal em parceria com Estados, Municípios e empresas em dar condições atrativas para o financiamento de casas, tanto na área rural, quanto na área urbana, para as famílias que possuem baixa renda.

No âmbito estadual, no Pará temos o Cheque Moradia, criado pela Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB), sendo uma política social com o objetivo de promover moradia digna a servidores públicos e famílias de baixa renda de 144 municípios do Estado, por meio de um cheque que é possível comprar materiais para a construção, reforma ou ampliação da moradia.

Apesar dessas vitórias, frutos de lutas dos movimentos sociais, ainda se tem um déficit muito grande de pessoas sem moradia, e que a classe pobre, mesmo que várias

vezes não tenha o Estado ao seu lado, busca ter condições para morar, de maneira que se agrupam várias famílias em apenas um cômodo, ou em palafitas, cortiços e outros, sem qualquer serviço básico (seja de saúde ou educação), ou, acima de tudo, sem direito a dignidade.

Neste cenário, é indispensável a participação da sociedade, pois ela intervirá no planejamento e na gestão, e reafirmará assim a democracia que o país tanto diz viver, contribuindo para uma maior transparência, cobrando a prestação de contas. Além disso, há também um fortalecimento da sociabilidade, posto que todos lutam por um bem-comum, através de uma articulação e confirmação de decisões. E, assim, são bem vistos os Movimentos Sociais, pois constroem uma sociedade igualitária, sem injustiças, e intervindo nos planejamentos. Como é o caso dos Conselhos, é considerado como um novo sistema de organização social a fim de fazer valer seu poder político.

Contribuição do assistente Social

O assistente social é um profissional que atua na execução das políticas públicas e tem entre os seus princípios a defesa dos direitos humanos e a ampliação e consolidação da cidadania, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras CFESS (1993). E, entre suas competências, prestar apoio e assessoria aos movimentos sociais.

Essa categoria profissional, inscrita na divisão-sócio técnica do trabalho, sofre com as transformações societárias contemporâneas e o avanço das ideias neoliberais na sua intervenção profissional, as quais estão em curso no Brasil a partir da década de 1970 e 1980. Segundo Yazbek, 2009:

Esses enquadramentos da intervenção muitas vezes obscurecem para o assistente social o fato de que sua atividade profissional se insere numa relação de compra e venda de sua força de trabalho que se torna mercantilizada (mediante assalariamento), estabelecendo-se aí um divisor entre o trabalho profissional e a atividade assistencial voluntária. Neste sentido, o campo de trabalho do assistente social no mercado de trabalho se estabelece por meio de relações contratuais que vão definir as condições concretas do exercício profissional. (p.12).

Tais inflexões no trabalho do assistente social repercutem na criação de novos postos de trabalho, assim como a extinção destes, em novas exigências e competências aos profissionais de Serviço Social, assumindo novas configurações e expressões do trabalho profissional, dentre as quais são a insegurança e vulnerabilidade do trabalho, assim como a penalização dos trabalhadores, o desemprego, o achatamento salarial, o aumento da exploração do trabalho feminino, a desregulamentação geral dos mercados e outras tantas questões com as quais os assistentes sociais convivem cotidianamente (Yazbek, 2009).

Posto isso, com a inserção no lócus pesquisado, foi possível obter conhecimentos dos entraves internos e externos, bem como quais são as possibilidades de atuação do profissional. As dificuldades encontradas puderam ser visivelmente constatadas na forte limitação ao assistente social quanto à sua prática, que vai desde a ausência de um espaço necessário de atendimento às demandas, permeando os entraves burocráticos e relacionais internos, até o não cumprimento da finalidade da ação profissional, que é a viabilização dos direitos aos usuários, pois estes não tinham os devidos encaminhamentos necessários, visto a falta de elementos por parte do governo .

Além disso, é imprescindível refletir sobre as necessidades das demandas que recorrem à Secretaria, devido à precarização habitacional, seja por obras implementadas na localidade, que trazem problemas de alagamentos, ou mesmo por falta de saneamento básico que acaba interferindo na estrutura das casas, ou até pela falta da casa própria. Diante disso, as necessidades e o déficit habitacional continuam a se reproduzir, não sendo solucionado em sua totalidade, e onde vemos a própria secretaria, os órgãos públicos e, por conseguinte, a atuação do assistente social não conseguindo dar a devida resolução das situações.

É sobre esse cenário que a prática do assistente social faz-se limitada e muitas vezes cômoda, pois tem seus direitos cerceados, não recorrendo também à viabilização efetiva dos direitos dos usuários. Isto é, nota-se o descaso dos gestores e de muitos profissionais dentro da Secretaria, inviabilizando a efetivação real dos direitos e, por conseguinte, reproduzindo o déficit habitacional em Belém. Posto isto, a inserção no estágio possibilitou uma maior reflexão e obtenção de experiências válidas para a apreensão da prática do Assistente Social mediante os entraves.

Sendo assim, apreende-se a importância dos locais de estágio para a visualização da prática interventiva do assistente social expondo seus desafios, limites e possibilidades de atuação, bem como a relação intrínseca entre teoria e prática no cotidiano profissional, tomando, desta forma, a conscientização da permanência de luta unificada da categoria profissional, expondo seus princípios para além dos limites impostos pelo ambiente de trabalho.

Considerações Finais

Vimos neste trabalho conceitos e significados a respeito do que é habitação e políticas públicas a respeito disso; vimos, também, que, no Brasil, desde a época da escravidão, encontram-se problemas a respeito tanto da moradia, quanto da igualdade social e econômica. Entendemos que as Políticas públicas surgem como uma medida estatal para maquiagem e minimizar a pobreza e a miserabilidade humana, que ocorre com a

expansão do Sistema capitalista, que não visa à pessoa humana, mas unicamente ao lucro e ao capital.

O direito à moradia digna é amparado pelos Direitos Humanos Universais, sendo assim é um elemento essencial para a vida das pessoas. É dever do governo (seja em âmbito federal, estadual e até municipal) garantir as pessoas esse direito, e a democratização da terra. Para isso, o governo precisaria enfrentar grandes e poderosos proprietários de terras com terrenos ociosos e vazios, e como visto em nesse estudo o Estado trabalha em função do capital, e acaba deixando cerca de 7 milhões de famílias brasileiras sem ter onde morar ou em condições desumanas e insalubres.

A atuação do assistente social nas políticas de habitação faz-se de extrema importância, visto que é um profissional engajado e comprometido com a classe trabalhadora. Ressalta-se também a necessidade da consciência de classe, e o assistente social tem um importante papel nesse processo, pois atua dentro dos movimentos sociais, assim como pode realizar atividades como palestras que abordem temas sobre os direitos da população referente às políticas de habitação.

As ações e a unificação dos movimentos sociais, em luta tanto por acesso à moradia digna, quanto por emprego, alimentação, transporte e outros é uma das formas de pressionar o Estado na garantia desses direitos. Pois é graças aos movimentos sociais e à participação e pressão popular que temos hoje algumas conquistas referentes à habitação, mas ainda temos muito a conquistar, estamos longe de uma sociedade igualitária, longe da equidade que desejamos, mas cabe a nós enquanto profissionais de Serviço Social lutar pela garantia e a validade desses direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Decreto – Lei **lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida. Brasília, 2009.

BRASIL, Decreto- Lei nº 11.124 de 16 de junho de 2005. **Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social**. Brasília, 2005.

CORREA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

BRASIL, Decreto - Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993. **Dispõe sobre a profissão de Assistente Social**, edição Federal. Brasília, 1993.

HOLZ, Sheila y MONTEIRO; Tatiana Villela de Andrade. **Política de habitação social e o direito à moradia no Brasil. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales**, 1999-2008. Colóquio Internacional de Geocrítica, Universidade de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008.

JACOBI, P. Descentralização municipal e participação dos cidadãos: apontamentos para o debate. **Revista Lua Nova**, v. 20, p. 121-144, 1990.

MOTTA, Luana Dias. **A questão da habitação no Brasil: Políticas públicas, conflitos Urbanos e o Direito à Cidade.**

PORTELA, Roselene de Souza. **Políticas habitacionais em Cidades Amazônicas: Belém e São Luiz na perspectiva Comparativa.** Belém/Pa, 2011.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e Conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática.** 4ª ed. São Paulo, cortez, 2007. 19-122.

RIBEIRO, Edaléa Maria. **A política de Habitação popular no Brasil em tempos de Globalização Neoliberal.** São Luis, 2007 .

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras.** 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1991. 72p.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão.** In: ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviços Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 125-164.